

Ações Afirmativas: Considerações sobre a Aplicação da Lei de Cotas Raciais nas Universidades Brasileiras

Autora: Elis Regina Dias de Assis

Orientadora: Profa. Dra. Tania Elisa Morales Garcia

Universidade Federal de Pelotas – elisassis.er@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas - a Instituição do Orientador – tanisa@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Uma das obrigações do Estado é garantir o bem-estar social e, para que haja esse bem-estar, é preciso assegurar que, independente de etnia, sexo ou crença, os indivíduos tenham igualdade de oportunidades para atingirem o progresso. Nessa perspectiva, são constituídas as ações afirmativas, as quais são providências exclusivas e provisórias instauradas pelo governo ou pela iniciativa privada com o propósito de extinguir desigualdades àquelas populações que, de alguma forma, foram ou são aflijidas e excluídas da sociedade, visando estabelecer o direito à igualdade prevista na Constituição.

Frente ao exposto, este estudo tem como objetivo geral analisar ações afirmativas através da posição de alguns autores e relatar de acordo com levantamentos publicados, o resultado da adesão à Lei de Cotas em algumas universidades brasileiras. E mais especificamente: Verificar posições de alguns autores sobre as ações afirmativas, mais precisamente sobre cotas raciais nas universidades; discernir dados publicados em artigos acadêmicos, em periódicos e em livros, sobre as cotas raciais e; verificar a adesão das universidades públicas à Lei das Cotas.

2. METODOLOGIA

Para desenvolver este estudo utilizamos pesquisa documental e levantamento bibliográfico evidenciando publicações de autores que se manifestaram a favor ou contrários à política de cotas.

Quanto à classificação, a presente pesquisa foi de natureza básica, pois pretende trazer conhecimentos novos que são favoráveis ao desenvolvimento da ciência, mesmo sem que haja um emprego provável desses em futuras decisões no tocante à política de cotas. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A forma de abordagem da pesquisa foi documental considerando que foi elaborada abrangendo vários tipos de documentos.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é exploratória uma vez que deverá levar o problema ao conhecimento geral e fornecer aos interessados no assunto a oportunidade de manifestação e, conforme o caso, incentivar uma futura pesquisa explicativa, a qual, segundo Antônio Joaquim Severino, procura somente produzir conhecimento a respeito de qualquer tema, restringindo desta forma um domínio da área de atuação, desenhando as circunstâncias de exposição desse tema, propiciando a pesquisa explicativa, a qual além de assinalar e investigar os fenômenos estudados, procura reconhecer suas origens. (SEVERINO, 2010)

Os dados foram analisados de maneira descritiva, considerando os objetivos propostos, a luz do referencial teórico utilizado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quanto aos resultados da aplicação das cotas, no artigo “Ações afirmativas no vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política afirmativa de gênero” o professor Emerson Urizzi Cervi analisa os resultados da aplicação da política de cotas raciais e sociais na Universidade Federal do Paraná e o resultado apontou crescimento percentual de mulheres negras superior ao de homens negros enquanto houve uma redução na aprovação de mulheres e homens brancos. (CERVI, 2013).

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul tem implantado vários programas de ações sociais, destacando-se a oferta de 50 (cinquenta) bolsas do Programa AFROATTITUDE – Programa Integrado de Ações Afirmativas para Universitários Negros/MEC, MS, SEDH, nos anos de 2004 e 2005 para os negros cotistas. (SANTOS, 2013)

Em seu artigo sobre ações afirmativas, Sales Augusto dos Santos declara que houve um parecer em relação ao desempenho dos cotistas, considerando esse rente, idêntico ou até superior aos dos não cotistas. (SANTOS, 2008)

Na matéria “Por que as cotas raciais deram certo no Brasil” da revista Isto é, foi divulgado o sucesso da política em algumas universidades trazendo depoimentos de pessoas negras que, graças a esta ação afirmativa, usufruem de uma carreira digna e próspera com uma excelente ascensão financeira. Os autores declararam que existem muitos mitos e verdades sobre as cotas que precisam ser disseminados. Entre os mitos temos a afirmação da queda no

padrão de ensino o qual é contestado por estudos que revelam que o desempenho em relação às notas dos cotistas é bem próxima a dos não cotistas e que a evasão entre estes é também similar. (SEGALLA, 2013)

4. CONCLUSÕES

A Constituição Federal de 1988 prevê que todos têm direito à igualdade de oportunidades, todavia apenas em 1995 o governo federal, forçado pelos movimentos sociais, dentre outros motivos, admitiu haver racismo no Brasil e passou a pensar em políticas que diminuíssem a disparidade entre brancos e não-brancos.

No tocante às cotas raciais, os estudos que defendem que a universidade tem apenas o papel de produzir o conhecimento estão ultrapassados, a exemplo da UFPEL, que tem desenvolvido e qualificado ações continuadas de assistência estudantil, as quais envolvem, além da reserva de vagas para cotas sociais e raciais, atendimento psicológico e diversos auxílios aos estudantes, a exemplo dos quilombolas e indígenas, que, além de um método especial de seleção, podem contar com um Núcleo da Universidade – o NUAAD - que acompanha com bastante proximidade cada ingressante.

Dentro desse contexto, verificou-se que, dentre os principais posicionamentos favoráveis de alguns autores em relação às ações afirmativas, temos a opinião de João Paulo de Faria Santos, que, inconformado com a discriminação contra os não brancos no Brasil, declara ser impossível mudar a situação de preconceito sem a adoção de ações afirmativas. (SANTOS, 2005)

Como principais autores que demonstraram ser desfavoráveis à política de cotas, temos a jornalista Camila Pereira, que declara não ser atributo das universidades reparar injustiças históricas e que a instituição das cotas contribui para o aumento do ódio e das divisões raciais. (PEREIRA, 2009)

Em relação às publicações sobre o assunto deste estudo, destaca-se o livro “Uma História do Negro no Brasil” no qual se observa que, ao contrário do que se aprendia nas salas de aula, ocasião em que a trajetória dos negros parecia uma novela, um romance, a realidade demonstrada neste livro expõe uma trajetória de flagelo, diante da qual se justifica a luta por igualdade de oportunidades. (ALBUQUERQUE, 2006)

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

SANTOS, João P.de F. **Ações afirmativas e igualdade racial – a contribuição do direito na construção de um Brasil diverso.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Documentos eletrônicos

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Acessado em 30 jul.2 016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>

PEREIRA, Camila. Especial Uma Segunda Opinião. **Revista Veja** – Edição 2102, São Paulo, 4 mar.2009. Acessado em 27 ago. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

SEGALLA, Amauri, et-al. **Por que as cotas raciais deram certo no Brasil.** Edição nº 2264, 05 abr. 2013. Acessado em 27 ago. 2015. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/288556_POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DERAM+CERTO+NO+BRASIL